

**EXECUÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 10.424 - DF
(2006/0235393-9)**

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DA TERCEIRA SEÇÃO**
EXEQUENTE : SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS NO
ESTADO DE RONDÔNIA - SINDSEF/RO
ADVOGADO : ADEVALDO ANDRADE REIS E OUTRO(S) - RO000628
EXECUTADO : UNIÃO
INTERES. : ROSALVA COSTA DUTRA
INTERES. : ROSAMUNDA ALVES BATISTA SENA
INTERES. : ROSANE KEILA DE FRANCA NERY
INTERES. : ROSELI REGINA DE OLIVEIRA
INTERES. : ROSEMARY ANHES MACHADO
INTERES. : ROSMARY ARAÚJO DE MARCO
INTERES. : ROSSINÉIA NOGUEIRA DA SILVA
INTERES. : RUTE PAULA DE SOUZA
INTERES. : SALETE FARIAS VIEIRA
INTERES. : SAMIA MARIA FAZANHA SOARES
INTERES. : SAMUEL RAASCH
INTERES. : SANDRA DE MORAES PASSOS
INTERES. : SANTA BRAVIN CÂMARA
INTERES. : SARONITA BELARMINO DOS SANTOS
INTERES. : SEBASTIANA ALVES CARVALHO
INTERES. : SEBASTIANA PEREIRA DE SOUZA
INTERES. : SEBASTIÃO PEREIRA DE LACERDA
INTERES. : SEBASTIÃO RODRIGUES
INTERES. : SEBASTIÃO RODRIGUES DA SILVA
INTERES. : SÉRGIO CUNHA BADRA
INTERES. : SÉRGIO LUIZ BOSCARDIN
INTERES. : SEUMI DE OLIVEIRA MOREIRA
INTERES. : SEVERINO ALVES DOS SANTOS
INTERES. : SHIRLEY MENDES MOQUEDACE DOS SANTOS
INTERES. : ZENAIDE DE SOUZA SILVA

DECISÃO

Apresentados os cálculos pela Coordenadoria de Execução Judicial, elaborados com base no julgamento dos embargos, foram expedidas as requisições de pagamento (fl. 284-303), exceto em relação a ROSELI REGINA DE OLIVEIRA e RUTE PAULA DE SOUZA, por divergência de nome (fl. 305).

Foram, também, expedidas as requisições daqueles que celebraram o acordo com a executada (fl. 244).

Intimada a regularizar a situação (fls. 255-256 e 268-269), a exequente

Superior Tribunal de Justiça

não se manifestou no prazo devido (fl. 273).

É o relatório.

Com a expedição das requisições de pagamento, ocorreu o esgotamento da prestação jurisdicional.

A resolução da pendência nestes autos depende de diligência da parte interessada em apresentar documento que justifique a divergência de nome indicada pela CEJU.

Havendo o julgamento definitivo do RE 870.947/SE pelo STF, assim como já consignado na decisão de fls. 276-277, os valores bloqueados relativos à diferença entre índices de correção monetária poderão ser levantados, se for o caso.

Diante do exposto, **determino o arquivamento dos autos**, com a ressalva de que poderão ser reativados desde que apresentada a documentação necessária no prazo legal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de setembro de 2019.

Ministro NEFI CORDEIRO
Presidente da Seção